



Processo nº : 10855.000437/97-70  
Recurso nº : 111.241  
Acórdão nº : 203-08.401

Recorrente : FALSIN & CIA. LTDA.  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. NÃO ATENDIMENTO DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE.**

Inexistência de depósito prévio destinado à garantia de instância administrativa correspondente a, no mínimo, 30% da exigência fiscal definida na decisão, o arrolamento de bens ou demais garantias.

**Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**FALSIN & CIA. LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.**

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2002

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

*Maria Cristina Roza da Costa*  
Maria Cristina Roza da Costa  
**Relatora**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo, Antônio Augusto Borges Torres, Lina Maria Vieira, Mauro Wasilewski, Maria Teresa Martínez López e Adriene Maria de Miranda (Suplente).

Ausente, justificadamente o Conselheiro Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.  
cl/ovrs



Processo nº : 10855.000437/97-70  
Recurso nº : 111.241  
Acórdão nº : 203-08.401

Recorrente : FALSIN & CIA. LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pelo Delegado de Julgamento em Campinas, referente à autuação por falta de recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, relativo ao período de maio de 1992 a setembro de 1995, no valor total de R\$ 1.711,02. O crédito tributário foi constituído com suspensão da exigibilidade em razão da existência de Liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 92.61600-3 da 20ª Vara Federal – art. 151, inciso II, do CTN (fl. 45).

A autoridade singular relatou o procedimento fiscal e a impugnação, onde a empresa pugna pelo recolhimento do PIS com utilização de base de cálculo semestral. A decisão proferida deixou de apreciar o mérito em face da existência de depósito judiciais integrais, sendo condensada na seguinte ementa:

*"PIS. LEI COMPLEMENTAR 07/70. ALTERAÇÕES. VIGÊNCIA. Com a Resolução 49/95 do Senado Federal, no período abrangido pelos Decretos-Leis 2.445/88 e 2.449/88, o PIS deve ser recolhido segundo a LC 07/70 e alterações da legislação superveniente."*

Intimada a recorrente para ciência da decisão, em 25/01/99, esta apresentou recurso voluntário a este Conselho em 11/02/99, expendendo os seguintes argumentos:

- a) a recorrente está submetida ao regime da substituição tributária contra o qual impetrou ação judicial em razão de sua constitucionalidade;
- b) a ação encontra-se em grau de recurso pela União, o qual não possui efeito suspensivo, prevalecendo a decisão de primeira instância já prolatada;
- c) discorda da cobrança direta de crédito tributário sujeito ao regime de substituição tributária;
- d) refuta o lançamento efetuado em razão de a decisão judicial proferida não conter comando determinando que os postos de revenda dos produtos derivados de petróleo e álcool combustíveis recolhessem a contribuição subsumidos na regra geral – LC 7/70;
- e) a decisão judicial traduz mera situação hipotética, não se constituindo, como quer a Receita Federal, no reconhecimento da existência de relação jurídica entre a recorrente e a União no que pertine ao PIS;
- f) o judiciário reconheceu, cristalinamente, um vazio jurídico-positivo que desautoriza a transmutação da substituição tributária, judicialmente afastada, pelo restabelecimento, *extra legis*, da exigência do tributo diretamente da recorrente;



Processo nº : 10855.000437/97-70

Recurso nº : 111.241

Acórdão nº : 203-08.401

- g) rechaça energicamente a juridicidade do lançamento em razão dos termos da decisão judicial que, no seu entendimento, somente afastou de si a tributação pelo regime da substituição tributária, tornando impossível atribuir-lhe responsabilidade pelo recolhimento da exação, já que a lei designou outro sujeito passivo que não ela – recorrente. Uma vez afastada pela decisão judicial inexiste, desse modo, suporte legal para tomá-la como destinatária responsável pela exação;
- h) não cabe aplicação da lei a fato pretérito como quer a autoridade administrativa, perpetrada através do presente lançamento; e
- i) por derradeiro, demanda seja decretada a nulidade do auto de infração, deixando de exigir-lhe contribuição social que o poder judiciário já decidiu não ser devida pela recorrente.

À folha 121 o presente processo foi despachado pelo presidente substituto deste Segundo Conselho de Contribuintes determinando o seu retorno à unidade de origem *"tendo em vista a inexistência nos presentes autos de prova do depósito, arrolamento de bens ou de medida judicial determinando o seguimento do recurso a este Conselho"*.

À folha 128 a autoridade preparadora informa que:

- a) os depósitos judiciais efetuados pela recorrente não foram feitos pelo montante integral do crédito tributário;
- b) a ação ordinária e a cautelar já se encontram com decisão publicada; e
- c) encaminhou o processo à ARF de jurisdição da recorrente para intimar a interessado a complementar as diferenças apurada e a apresentar certidão da Justiça Federal válida na data da juntada ao processo.

A recorrente foi devidamente intimada para complementar as diferenças apuradas e a certidão judicial num prazo de trinta dias (fls. 129 e 130).

Não atendendo à intimação, a repartição de origem remeteu os autos novamente para apreciação deste Conselho.

É o relatório.



Processo nº : 10855.000437/97-70  
Recurso nº : 111.241  
Acórdão nº : 203-08.401

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA

Na análise dos atendimento dos pressupostos necessários à admissibilidade do processo, constata-se à fl. 121 que o presente processo, examinado pelo presidente substituto deste Conselho, retornou à unidade de origem em razão da inexistência de prova do depósito, arrolamento de bens ou de medida judicial que determinasse o seguimento do recurso.

Tendo em vista a existência de depósito judicial em montante insuficiente para suspender a exigibilidade do crédito tributário, a autoridade preparadora (fl. 129) intimou a recorrente para complementar as diferenças apuradas, já cobradas em intimação anterior (nº 05/1999), com apresentação dos comprovantes respectivos, bem como de certidão da Justiça Federal. A recorrente recebeu a intimação em 16/11/2001, consoante Aviso de Recebimento – AR à folha 130.

Consta à folha 131 o não atendimento à intimação.

Pelo exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso em razão do não atendimento aos pressupostos de admissibilidade.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2002

*Maria Cristina R. G.*  
MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA